

COMENTÁRIO DA PROPOSTA DE REDAÇÃO – ENEM 2017

Continuando a lógica dos últimos quatro anos de contemplar comandos de proposta solicitando uma abordagem do tema no contexto sociopolítico brasileiro predominantemente, com pelo menos um dos textos de apoio fundamentado em leis nacionais, a proposta de Redação do Enem de 2017, confirmando nossa expectativa de abordagem de outro grupo minoritário ou historicamente prejudicado, foi “DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO EDUCACIONAL DE SURDOS NO BRASIL”, mais um tema perfeitamente executável a partir da estratégia cooperativa de condução do texto dissertativo-argumentativo que treinamos ao longo do ano, combinando aspectos que envolvessem, por exemplo, a formação de valores doméstica em prol de um paradigma cultural inclusivo, a atuação escolar na consolidação desses princípios de empatia e de ética, a interferência do Poder Público em algum aspecto, o papel de setores da imprensa na disseminação de informações e o exercício de cidadania. No caso do tema deste ano, a lógica era unir esforços a fim de assegurar a pessoas com deficiência auditiva a proteção e a dignidade que lhes são garantidas, por exemplo, pela Constituição de 1988, pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei 13.146/2015) e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, dispositivos que não têm, todavia, sido suficientes para mitigar, arrefecer ou minorar, de forma significativa, dificuldades pedagógicas de inclusão, escassez de material didático adequado, negligência no ensino em Libras ou em legendas para leitura, insuficiência de preparo de parte do corpo docente ou de intérpretes para lidar com esse público, intransigências, discriminações, acossamentos ou desrespeitos em geral com essa parcela da população, merecedora de dignidade como princípio básico de convivência coletiva em um contexto socioeducacional diversificado ou plural.

Vejam algumas considerações para contextualizar a proposta:

A escolha desse tema pode ter sido motivada por diversos fatores, dentre os quais destaco que, conforme o Censo de 2010, 23,9% da população brasileira, cerca de 45 milhões de indivíduos, apresentam alguma deficiência; destes, mais de 9,7 milhões são surdos. Ademais, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) só foi reconhecida como oficial no País em 2002. Entenda que essa parcela da população merece a abordagem nacional que a prova do Exame Nacional do Ensino Médio proporciona.

Em verdade, apesar de o Brasil configurar um Estado Democrático de Direito e de possuir uma Constituição fundamentada na cidadania, na solidariedade, na dignidade humana e no combate a quaisquer formas de discriminação, verifica-se, de forma recorrente, o descompasso entre as garantias legais disponíveis no País e a realidade dificultosa e excludente imposta a indivíduos com algum tipo de deficiência, notadamente nos ambientes de educação, e é nessa perspectiva de empecilhos que os surdos podem ser enquadrados, o que consiste em uma realidade desafiadora para o Brasil.

Efetivamente, os pressupostos constitucionais de 1988 e o mais recente Estatuto da Pessoa com Deficiência, de 2015, não têm sido suficientes para que indivíduos com imperfeição auditiva, por exemplo, disponham de um cotidiano digno em muitas escolas e universidades nacionais. Nesse contexto de dificuldades, são comuns os problemas que vão desde a ausência de intérpretes, de legendas em vídeos, de conteúdos ministrados em Libras até o atestado de incapacidade de alguns ambientes educacionais de receber e efetivamente incluir essa parcela da população. Isso evidencia que o Poder Público falha não só no tocante a investimentos em educação pública, mas principalmente em dotar a população de informações e condições suficientes que possibilitem denúncias à Justiça sobre irregularidades no que tange às prerrogativas dos deficientes auditivos, seja em ambientes educacionais públicos, seja em instituições particulares. Ressalte-se que o Estatuto da Pessoa com Deficiência assegurou a oferta de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino. Estabeleceu, ainda, a adoção de um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, com fornecimento de profissionais de apoio, além de proibir as escolas particulares de cobrarem valores adicionais por esses serviços, fato inclusive debatido por mim em sala de aula.

Ademais, ressalte-se a existência de um grave paradigma cultural de discriminação a pessoas com deficiência, contexto em que se inserem os surdos. Por exemplo, muitos pais de alunos ditos “normais” se queixam as escolas que incluem deficientes na mesma sala de aula de seus filhos, alegando um suposto prejuízo ao ritmo habitual de aprendizado destes. Essa atitude extremamente condenável pode somar-se ao bullying realizado por estudantes com formação deturpada de valores morais e ao despreparo de muitos profissionais de educação para lidar com essas circunstâncias, explicitando forte indiferença social aos deficientes. Essa também é uma realidade desafiadora no Brasil, o que credencia o respaldo que o tema do Enem de 2017 manifesta enquanto pauta relevante no País.

Agora, vamos, de fato, à Redação de hoje. No comando da proposta (“DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO EDUCACIONAL DE SURDOS NO BRASIL”), tivemos uma das restrições temáticas mais profundas da história do Enem: a Redação não deveria versar predominantemente sobre “deficientes” de forma ampla, e sim sobre surdos; além disso, seu texto não deveria tratar desses deficientes auditivos no convívio social em geral, mas no contexto da formação educacional. Nesse tocante, entendo que podem ter ocorrido alguns tangenciamentos do tema por alunos que não tenham observado tais especificidades. O vocábulo “DESAFIOS” precisava ser observado com atenção. A paráfrase dessa palavra poderia envolver, por exemplo, “alternativas”, “condutas”, “procedimentos”, “perspectivas” ou “ações”. Se você não tivesse lembrado relações sinonímicas para esse termo, não haveria problema em repeti-lo como palavra-chave. Isso vale para o restante do comando, o qual não poderia ser copiado, mas sim diluído na introdução do seu texto. Você poderia, por exemplo, ter tratado da “educação de deficientes auditivos como uma agenda / pauta / circunstância desafiadora na sociedade brasileira”.

Sua TESE poderia ocorrer, preferencialmente, por culpabilidade ou sugestão antecipada, em que você responsabilizasse o Poder Público (Estado) e setores da sociedade civil, como núcleos familiares e ambientes

educacionais, por contribuir para a dificuldade educacional de surdos, ou sugerisse uma atuação mais empenhada desses pilares sociais em prol da possibilidade educativa desse grupo social. Seria possível, ainda, opinar contundentemente contra a cultura do preconceito em relação à deficiência auditiva, o que fomenta, muitas vezes, a exclusão de surdos da perspectiva de educação.

No que tange aos TEXTOS DE APOIO, vejamos algumas considerações:

TEXTO I: Fazia alusão ao Capítulo IV da Lei Nº 13.146/2015, a qual, na verdade, é o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Isso não impede que outra abordagem dessa legislação por você seja considerada como repertório.

TEXTO II: Explicitava um gráfico sobre as matrículas de surdos no contexto educacional e possibilitava o entendimento de que o número de matriculados diminuiu tanto em classes comuns quanto em classes especiais ou escolas inclusivas.

TEXTO III: Trazia uma campanha publicitária cuja mensagem maior era a necessidade de valorização dos surdos no mercado de trabalho.

TEXTO IV: Apresentava a informação de que os surdos só começaram a ter acesso à educação no Império, no governo de Dom Pedro II, que criou a primeira escola de educação de meninos surdos, em 1857, e de que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como segunda língua oficial no País somente em 2002.

No desenvolvimento, você justificaria a escolha da tese introdutória com base em uma argumentação consistente, norteadas, por exemplo, por considerações que já expus aqui. Era o momento de explicar o porquê da tese, problematizando a dificuldade educacional dos surdos, conforme já defini anteriormente. Sob esse viés de comprovar a tese, são aspectos destacáveis a ineficácia de informes à população brasileira sobre os dispositivos que protegem surdos contra as discriminações e sobre como proceder para atuar, de forma cidadã, na fiscalização de tais pressupostos jurídicos e nas denúncias acerca de seu descumprimento. No que tange às instituições formadoras de opinião, de valores comportamentais, de princípios éticos e morais, ressalte-se que, muitas vezes, a origem da desvalorização de deficientes auditivos no contexto educacional está na formação de uma cultura intransigente que desconsidera a aceitação da diversidade como princípio basilar de convivência harmônica na sociedade.

A extrapolação desses textos de apoio apresenta uma versatilidade muito grande de opções, que envolvem, por exemplo, uma referência à Constituição de 1988 ou à Declaração Universal dos Direitos Humanos; um detalhamento do Estatuto da Pessoa com Deficiência; uma estatística ou menção ao Censo de 2010 ou até a citação de obras literárias, pensadores ou aforismos que legitimassem a importância da educação ou criticassem quaisquer formas de preconceito, o que configuraria repertórios interdisciplinares muito valiosos. Também trabalhamos exaustivamente certas citações nesse sentido.

A intervenção da sua Redação permitia, como treinamos durante o ano inteiro, um raciocínio de integração de ações detalhadas dos pilares sociais eventualmente abordados na introdução e no desenvolvimento para vencer os “DESAFIOS” de incluir surdos no sistema educacional brasileiro, a partir de pelo menos um agente acompanhado de ação, meio, detalhamento e finalidade. Nessa lógica, você poderia mencionar a atuação do Poder Público na garantia de suporte pedagógico ou infraestrutural para o cumprimento efetivo das leis de proteção aos deficientes auditivos, envolvendo, a título de ilustração, informes educativos, intensificação de investimentos públicos em vários aspectos que você poderia ter mencionado como problema no desenvolvimento, incentivos às denúncias de descumprimento das leis, disponibilização de sites ou a ampliação do Disque 100 para facilitar o ativismo cidadão nesse sentido. Ademais, seria conveniente mencionar ações que envolvessem ambientes familiares, instituições educacionais, setores da imprensa engajados nos pressupostos de cidadania e até gestões públicas na tentativa de promover uma cultura de valorização e de inclusão das pessoas com deficiência auditiva, a fim de desincentivar o preconceito e de negar contundentemente qualquer forma de desrespeito a esses deficientes, os quais devem desfrutar todas as prerrogativas de proteção e de dignidade no contexto educacional brasileiro. Isso poderia ser viabilizado, à guisa de exemplificação, por meio de diálogos e debates constantes sobre o assunto, aulas expositivas, palestras, seminários, feiras culturais, peças teatrais, documentários ou reportagens em série. Você poderia mencionar, outrossim, que cabe aos indivíduos já cientes da necessidade de respeito aos surdos nas escolas e universidades brasileiras engajar-se na luta contra a discriminação de tais pessoas, sobretudo por meio das redes sociais, importante mecanismo de difusão de ideias, levando ao conhecimento dos demais cidadãos brasileiros a importância de lidar com a diversidade como pressuposto fundamental de cidadania e de boa convivência. É isso.

Pessoal, essas reflexões não consistem no gabarito da Redação; sugeri apenas possibilidades de abordagem desse tema merecedor de maiores debates no Brasil. Entendo que essa temática nos beneficiou bastante, uma vez que trabalhamos como prova o tema “A ESCOLA INCLUSIVA: GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO A TODOS OS BRASILEIROS” e discutimos exaustivamente a inclusão de grupos minoritários ou historicamente prejudicados, dentre eles os indivíduos com deficiência, fato que possibilitaria discutir, com propriedade, a educação de surdos no País. Manifesto minha mais absoluta confiança no bom desempenho redacional de vocês. Vamos esperar o nosso excelente resultado. Forte abraço; estou na torcida.

Prof. Diego Pereira e Equipe de Redação.